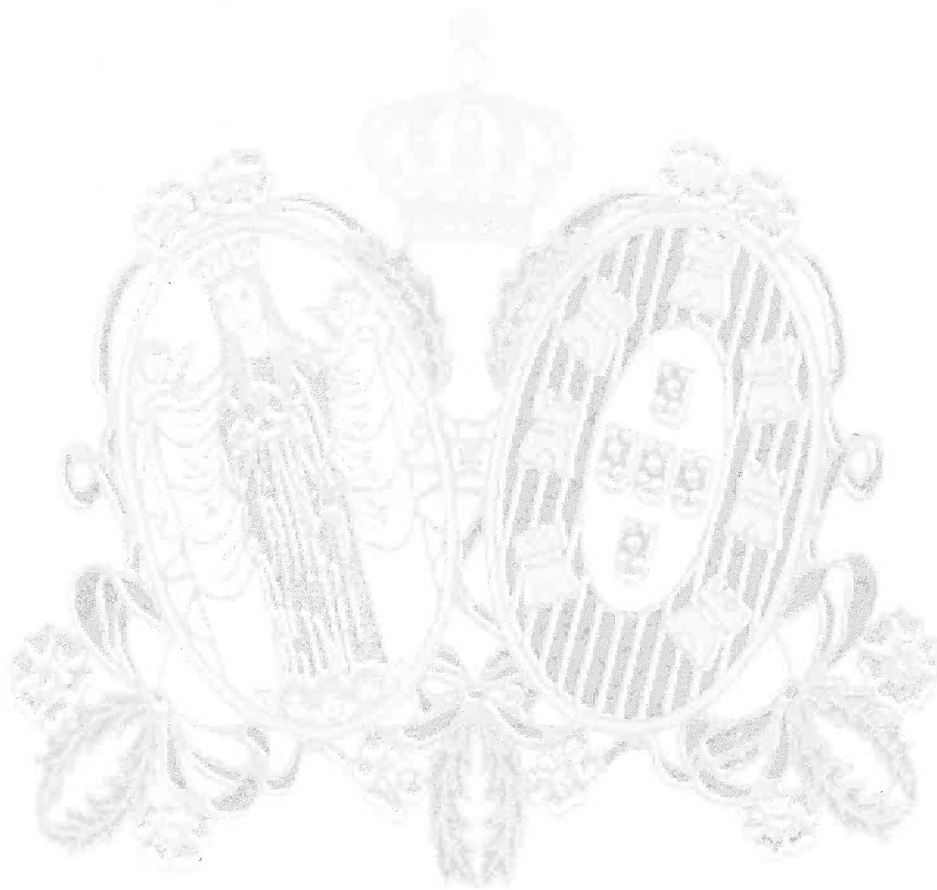


SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTIAGO DO CACÉM




Relatório e Contas de 2018

Assembleia Geral de 29 de Março de 2019

Índice:

	Pag.
1. Relatório da Atividade.....	2
2. Balanço e Demonstração de Resultados.....	6
Balanço em 31 de Dezembro de 2018.....	7
Demonstração de Resultados de 2018.....	8
3. Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	10
Movimentos Ativos Fixos Tangíveis.....	11
Outros Gastos e Perdas.....	11
Outros Rendimentos e Ganhos.....	11
Resultados Financeiros.....	12
Inventários.....	12
4. Factores Condicionantes do Resultado.....	13
5. Resultados Por Valências / Centros de Custo.....	16
Administração.....	17
Creche e Jardim de Infância do Montinho.....	17
Creche “O Ninho”.....	17
Centro de Bem Estar Infantil de Santa Teresinha.....	17
ERPI Santa Maria.....	18
Apoio Domiciliário.....	18
Exploração Agrícola.....	18
ERPI Pinhal.....	18
Unidade São João de Deus.....	18
Unidade Conde do Bracial.....	18
6. Anexo 1 – Certificação Legal das Contas.....	19
7. Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal.....	24



**1. Relatório da atividade da Santa Casa da
Misericórdia de Santiago do Cacém
durante o ano 2018**

Relatório da Atividade da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém no ano 2018



Para os devidos efeitos e nos termos do Compromisso, se apresenta o presente Relatório de Atividades e Contas referentes ao exercício de 2018.

No ano 2018, a Mesa Administrativa continuou a prestar especial atenção para as diversas valências, orientando a sua atuação numa lógica de melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados, bem como de alargamento da oferta, numa tentativa de minorar as carências das populações e de redução das listas de espera.

ALARGAMENTO DA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS CONDE DO BRACIAL

A Unidade de Cuidados Continuados Conde do Bracial, resultou da recuperação do antigo hospital que permitiu a instalação de 20 camas na tipologia de média duração e outras 20 na tipologia de longa duração, contratualizadas com a Rede Nacional de Cuidados Continuados. Para além destas respostas, a recuperação do antigo edifício deu origem a um espaço que foi contratualizada a sua cedência com duas clínicas.

Com a denuncia do contrato por parte de uma das clinicas e, registando-se consecutivos resultados negativos na exploração das Unidades de Cuidados Continuados, a Mesa Administrativa decidiu reverter o espaço disponível, criando quartos que permitem responder a mais seis utentes com um serviço idêntico mas cujas camas não estão integradas na Rede nacional de Cuidados Continuados.

Esta unidade, que teve um investimento relativamente baixo e cuja exploração não acarreta um aumento significativo dos gastos, poderá permitir a viabilidade económica daquele equipamento e, simultaneamente aumentar a capacidade de resposta para um tipo de serviço cada vez mais solicitado.

A resposta desenvolvida teve o seu início no final do ano 2018.

ALARGAMENTO DA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS SÃO JOÃO DE DEUS



A experiência desenvolvida na Unidade de Cuidados Continuados Conde do Bracial e o potencial de exploração positiva da mesma, levou a Mesa Administrativa a avançar para um processo idêntico na Unidade de Cuidados Continuados São João de Deus.

A fase de projecto decorreu no ano 2018, com a apresentação da viabilidade de ampliação tendo a mesma sido aprovada e visa a instalação de mais seis camas.

APROVAÇÃO DE CANDIDATURA N.º ALT20-42-2018-11

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém apresentou, no decurso do ano 2018, uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Alentejo, cujo objetivo temático visa promover a integração social e combater a pobreza e quaisquer discriminação, submetendo a apoio um projeto que consiste na remodelação de um complexo social que integra as respostas sociais Estrutura Residencial para Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário com o objetivo de melhorar as condições de apoio social e qualidade de vida de todos os utentes e comunidade envolvente, bem como a valorização e conservação do edifício.

O conjunto de intervenções e investimentos apresentados na candidatura envolvem um custo total estimado de 283.555,27€, do qual foram considerados como elegíveis 273.980,47€ e aprovado um apoio global do FEDER de 232.883,40€ correspondentes a 85% do investimento elegível.

CONTENÇÃO DE CUSTOS NA ÁREA DA INFÂNCIA

A área da infância tem-se revelado claramente deficitária ao longo da última década. Numa tentativa de minimizar esta situação, a Mesa Administrativa decidiu promover medidas de contenção de custos e, simultaneamente, terminar com alguns benefícios associados às mensalidades.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – FUNDAÇÃO EDP



No ano 2018 foi apresentada e aprovada uma candidatura ao Programa EDP Solidária, com o nome “Santiago Innovate energy – educar para a eficiência”, cujo objetivo é inovar metodologias de eficiência energética, através da formação e sensibilização para a literacia energética a utentes, famílias, colaboradores e comunidade obtendo melhor eficiência energética, diminuindo o impacto ambiental. O projeto apresenta um orçamento global 38.745,00€ e a Fundação EDP comparticipa com um valor máximo de 25.000,00€.

ALARGAMENTO DO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O Serviço de Apoio Domiciliário alargou a sua área geográfica de atuação à freguesia de Santo André e, para além dos cuidados básicos inerente ao serviço foram disponibilizados aos utentes cuidados médico, de enfermagem, fisioterapia, terapia ocupacional e terapia da fala.

REGISTO DE IMPARIDADES

No ano 2018, foi reconhecido como imparidade um valor significativo que teve origem num facto anormal, com a transferência de valores não autorizados por parte de um colaborador em seu benefício próprio. Tal situação forçou ao reconhecimento da imparidade do respetivo saldo e a Mesa Administrativa atuou no sentido de promover um acordo que visa a recuperação futura dos montantes em questão e a respetiva reversão da imparidade.

A Mesa Administrativa



2. Balanço e Demonstração de Resultados

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTIAGO DO ÇACÉM

Balanço em 31 de Dezembro de 2018



Moeda (Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	6.973.049,47	7.133.452,67
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	52,72
Investimentos financeiros	17.1	19.147,65	14.150,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		6.992.197,12	7.147.655,77
Activo corrente			
Inventários	9	35.503,86	44.543,40
Créditos a receber	17.3	814.445,66	1.129.907,09
Estado e outros entes públicos	14,16,17.10	26.775,08	18.156,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.2	97.542,17	87.640,00
Outros ativos correntes	10	88.626,78	79.296,78
Caixa e depósitos bancários	17.7	115.446,05	105.344,25
		1.178.339,60	1.464.887,98
Total do activo		8.170.536,72	8.612.543,75
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	195.082,58	195.082,58
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.8	3.422.411,25	3.517.907,12
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	2.198.611,50	2.253.355,62
		5.816.105,33	5.966.345,32
Resultado líquido do período		148.404,96	-95.495,87
Total do fundo de capital		5.964.510,29	5.870.849,45
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	771.026,27	934.170,95
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		771.026,27	934.170,95
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	232.572,48	216.792,07
Estado e outros entes públicos	14,16,17.10	93.148,98	165.537,36
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	54.171,08	106.558,43
Diferimentos	17.2	135.926,19	228.107,99
Outros passivos correntes	17.11	919.181,43	1.090.527,50
		1.435.000,16	1.807.523,35
Total do passivo		2.206.026,43	2.741.694,30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8.170.536,72	8.612.543,75

Demonstração de Resultados Por Naturezas Referente ao ano 2018

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTA	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	11	2.740.052,75	2.636.998,20
Subsídios, doações e legados à exploração	13	3.182.233,66	2.947.354,09
Variação nos inventários da produção	10	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	899.365,71	909.067,67
Fornecimentos e serviços externos	17.14	759.294,42	735.050,24
Gastos com o pessoal	15	3.920.714,08	3.946.534,33
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	206.731,01	-125,13
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.15	288.266,62	190.811,25
Outros gastos e perdas	17.16	51.322,79	20.212,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		373.125,02	164.423,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	203.582,61	237.579,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		169.542,41	-73.155,59
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.17	21.137,45	22.340,28
Resultados antes de impostos		148.404,96	-95.495,87
Imposto sobre o rendimento do período	14	0,00	0,00
Resultado líquido do período		148.404,96	-95.495,87

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	17.7	2.754.766,05	2.595.896,15
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		1.810.045,30	1.739.641,08
Pagamentos ao pessoal		3.832.648,48	3.811.510,76
Caixa gerada pelas operações		-2.887.927,73	-2.955.255,69
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		3.193.293,52	2.986.567,11
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		305.365,79	31.311,42
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5	24.335,04	29.220,43
Activos intangíveis		2.000,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	-2.655,08	-972,49
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	17.17	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-23.679,96	-28.247,94
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	8	227.050,56	-55.836,03
Juros e gastos similares	17.17	21.782,42	22.347,95
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-248.832,98	33.488,08
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		32.852,85	36.551,56
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		105.344,25	93.743,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		115.446,05	105.344,25

3. Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados



Movimentos Ocorridos nos Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Ativo Bruto						
Terrenos e recursos naturais	736.487,41					736.487,41
Edifícios e outras construções	9.837.648,92					9.837.648,92
Equipamento básico	1.773.099,81	18.420,08				1.791.519,89
-Equipamento de transporte	309.005,10	15.897,77				324.902,87
Equipamento administrativo	225.458,09					225.458,09
Outros Ativos fixos tangíveis	300.082,55	8.808,84				308.891,39
Ativos em curso	0,00					0,00
Total	13.181.781,88	43.126,69	0,00	0,00	0,00	13.224.908,57
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	3.503.294,65	179.473,81				3.682.768,46
Equipamento básico	1.757.697,52	4.496,56				1.762.194,08
Equipamento de transporte	294.914,32	6.707,01				301.621,33
Equipamento administrativo	219.394,21	2.460,74				221.854,95
Outros Ativos fixos tangíveis	273.028,51	10.391,77				283.420,28
Total	6.048.329,21	203.529,89	0,00	0,00	0,00	6.251.859,10
Valor líquido	7.133.452,67	(160.403,20)	0,00	0,00	0,00	6.973.049,47

Outros Gastos e Perdas

Descrição	2018	2017
Impostos	2.944,14	3.210,26
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	48.378,65	17.002,58
Total	51.322,79	20.212,84

Outros Rendimentos e Ganhos

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	135,48
Descontos de pronto pagamento obtidos	11,21	64,57
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	84.301,16	39.202,94
Outros rendimentos e ganhos	203.954,25	151.408,26
Total	288.266,62	190.811,25

Resultados Financeiros

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	21.137,45	22.340,28
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	21.137,45	22.340,28
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-21.137,45	-22.340,28

Inventários

Descrição	2018				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	3.134,24	0,00	0,00	36.896,96	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	44.543,40	887.191,93	0,00	35.503,86	873.521,43	0,00	44.543,40
Total	44.543,40	890.326,17	0,00	35.503,86	910.418,39	0,00	44.543,40
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				899.365,71			909.067,67

**4. Fatores condicionantes dos Resultados e da
Estrutura Económica e Financeira**



Fatores condicionantes do Resultado e da Estrutura Económica e Financeira apresentada a 31/12/2017

As demonstrações financeiras indicam um acréscimo de 5,50% no total das prestações de serviços e um acréscimo de 7,97%, nos Subsídios.

A Mesa Administrativa prosseguiu a sua política de melhoria contínua da qualidade de vida dos utentes institucionalizados.

O combate à degradação do património da Santa Casa foi uma das preocupações da Mesa Administrativa que promoveu alguns trabalhos de conservação e manutenção de equipamentos e edifícios.

Os Fundos Patrimoniais atingiram, no final do ano 2018, 5.964.510,29€, um montante 1,59% superior ao final do período anterior.

O Passivo não corrente registou uma diminuição de 17,46%, motivada pela menor utilização da conta corrente caucionada. O Passivo Corrente derivado de financiamentos obtidos, refere-se apenas aos valores a liquidar no ano 2019, dos empréstimos de médio e longo prazo. O montante de encargos bancários atingiu 21.137,45€, reduzindo 5,38% face ao ano anterior, resultante da diminuição dos montantes em dívida do empréstimo.

A situação de dependência de capitais externos, com especial incidência na banca, resulta de uma política de expansão da atividade e da abertura de novas respostas sociais que veio a ser seguida ao longo dos últimos anos.

O valor da dívida a fornecedores registou um aumento de 7,28%.

O ativo não corrente sofreu decréscimo de 2,17%, resultante do total de amortizações que atingiu 203.582,61€ e de um período de menor atividade de investimento (limitou-se à substituição de alguns equipamentos).

A estrutura de gastos da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém continua a ser fortemente condicionada com os “Gastos com o Pessoal” que atinge 64,68% do total da classe, representando uma diminuição de 0,65% do total da rubrica.

Do lado dos rendimentos, a predominância vai para os Subsídios à Exploração que totaliza 51,24% do total de rendimentos.

O Resultado do Período é positivo e atinge 148.404,96€.

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém apresenta, a 31 de Dezembro de 2018, uma liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente) de

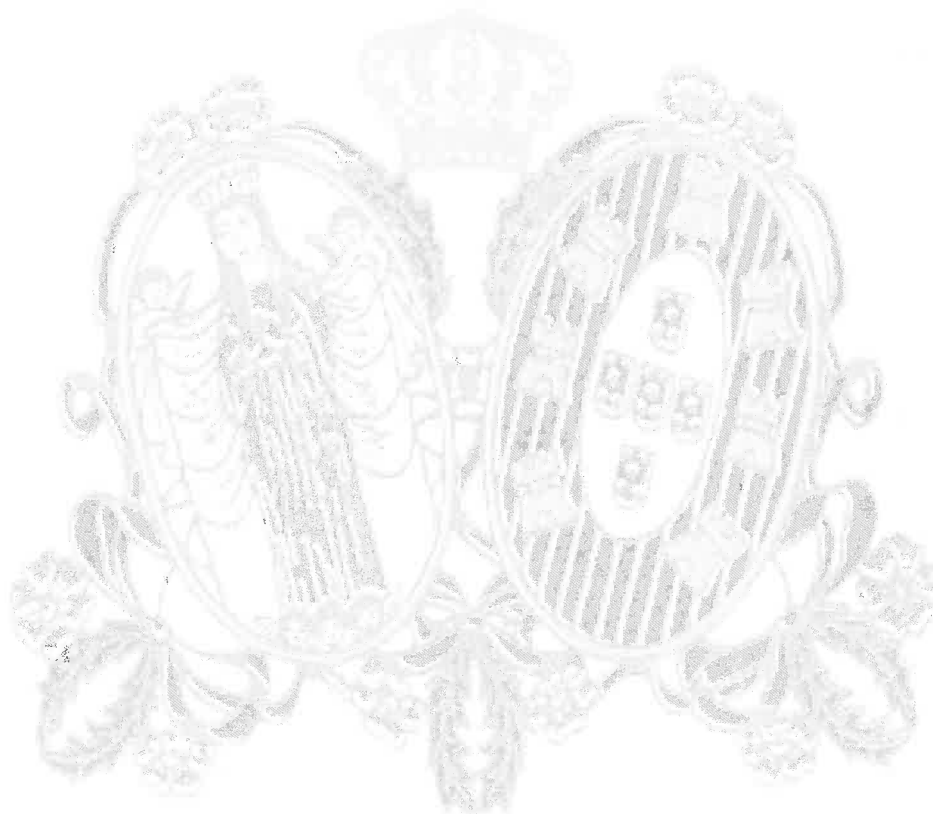
0,8211, que resulta de uma diminuição do ativo corrente inferior (em termos absolutos) à diminuição do passivo corrente.

A solvabilidade (total do fundo de capital/passivo total) da Instituição cresceu no último ano, atingindo 2,704 em 2018.

A autonomia financeira (total do fundo de capital/ativo total) registou uma evolução desfavorável situando-se em 0,7300, em finais de 2018.

O endividamento (passivo total/ativo total) situou-se nos 0,2700, fruto de um período de menor investimento no ativo não corrente.

No ano 2018 a Santa Casa apresentou uma rentabilidade do ativo total (resultado líquido do período/total do ativo) de 0,01816.



5. Resultados Por Valência/Centro de Custo



Resultados por valência/centro de custo

RÚBRICAS	Administração	Creche Montinho	Pré-Escolar Montinho	Creche Ninho	Pré-Escolar Ninho	Centro de Bem Estar	TOTAIS
Gastos							
61 CMVMC	48.033,91	28.888,11	20.774,65	17.252,34	20.352,58	15.610,85	899.365,71
62 Fornecimentos e Serviços Externos	89.057,53	11.302,23	10.811,85	6.761,64	10.653,31	5.117,07	759.294,42
63 Gastos com o Pessoal	92.982,79	308.451,99	137.450,36	181.325,43	148.695,44	134.349,22	3.920.714,08
64 Gastos Depreciação e Amortização	10.645,57	11.589,51	8.735,30	33,43	47,68	321,50	203.582,61
65 Perdas por Imparidade	206.731,01						206.731,01
66 Perdas Redução Justo Valor							0,00
67 Provisões do Período							0,00
68 Outros Gastos e Perdas	48.912,34	296,98	159,87	24,71	35,29	76,32	51.322,79
69 Gastos e Perdas Financiamento	20.979,44						21.137,45
Total de Gastos	517.342,59	360.528,82	177.932,03	205.397,55	179.784,30	155.474,96	6.062.148,07
Rendimentos							
71 Vendas	34.682,76						50.882,88
72 Prestação de Serviços	1.696,47	124.160,31	75.870,92	55.341,03	72.890,49	48.309,51	2.689.169,87
73 Variações nos Inventários							0,00
74 Trabalhos Própria Entidade							0,00
75 Subsídios à Exploração	100.118,45	229.609,32	101.996,54	118.747,67	115.992,91	103.910,19	3.182.233,66
76 Reversões							0,00
77 Ganhos por Aumento Justo Valor							0,00
78 Outros Rendimentos e Ganhos	222.540,30	3.978,00	2.864,00	264,28	273,53	414,69	288.266,62
79 Juros, Dividendos e Out. Rendimentos							0,00
Total de Rendimentos	359.037,98	357.747,63	180.731,46	174.352,98	189.156,93	152.634,39	6.210.553,03
Resultado	-158.304,61	-2.781,19	2.799,43	-31.044,57	9.372,63	-2.840,57	148.404,96
2018	-158.304,61	18,24		-21.671,94		-2.840,57	148.404,96
2017	18.416,25	-40.453,71		-28.268,06		-18.870,99	-95.495,87
2016	0,00	-29.825,66		-5.264,79		-16.357,51	43.129,43
2015	0,00	-33.061,21		-14.780,83		-5.793,29	107.577,47
2014	0,00	-28.295,03		-31.688,09		8.660,30	226.104,27
2013	0,00	-37.192,14		-30.020,68		-7.546,24	120.731,86
2012	0,00	-25.621,55		-15.831,34		-23.124,24	48.648,12
2011	0,00	-15.824,01		-36.507,75		-16.130,74	71.630,66
2010	-173.191,73	43.095,40		9.970,61		3.567,65	13.758,62

RÚBRICAS	Lar de Santa Maria	Apoio Domiciliário	Exploração Agrícola	Residências do Pinhal	UCCI São João Deus	UCCI Conde Bracial	TOTAIS
61 CMV/MC	362.060,19	66.837,02	584,57	89.259,43	84.374,04	145.338,02	899.365,71
62 Fornecimentos e Serviços Externos	269.821,11	25.731,69	3.056,57	113.200,40	69.586,52	144.194,50	759.294,42
63 Gastos com o Pessoal	1.130.656,84	243.122,33	11.569,42	352.978,00	409.746,04	769.386,22	3.920.714,08
64 Gastos Depreciação e Amortização	72.192,02	1.904,50	243,69	28.958,30	19.850,19	49.060,92	203.582,61
65 Perdas por Imparidade							206.731,01
66 Perdas Redução Justo Valor							0,00
67 Provisões do Período							0,00
68 Outros Gastos e Perdas	832,21	17,82	20,00	113,43	220,22	613,60	51.322,79
69 Gastos e Perdas Financiamento		158,01					21.137,45
Total de Gastos	1.835.562,37	337.771,37	15.474,25	584.509,56	583.777,01	1.108.593,26	6.062.148,07
Rendimentos							
71 Vendas	5.510,00		9.360,12	1.330,00			50.882,88
72 Prestação de Serviços	1.234.007,36	116.903,87		617.996,96	145.000,20	196.992,75	2.689.169,87
73 Variações nos Inventários							0,00
74 Trabalhos Própria Entidade							0,00
75 Subsídios à Exploração	738.577,60	236.427,91		105.415,73	426.754,45	904.682,89	3.182.233,66
76 Reversões							0,00
77 Ganhos por Aumento Justo Valor							0,00
78 Outros Rendimentos e Ganhos	37.962,69	1.012,77		2.547,81	6.527,02	9.881,53	288.266,62
79 Juros, Dividendos e Out. Rendimentos							0,00
Total de Rendimentos	2.016.057,65	354.344,55	9.360,12	727.290,50	578.281,67	1.111.557,17	6.210.553,03
Resultado	180.495,28	16.573,18	-6.114,13	142.780,94	-5.495,34	2.963,91	148.404,96
2018	180.495,28	16.573,18	-6.114,13	142.780,94	-5.495,34	2.963,91	148.404,96
2017	62.913,73	4.068,55	13.349,28	5.202,42	-38.115,22	-73.738,12	-95.495,87
2016	99.096,14	6.894,66	-10.968,75	8.134,14	-9.252,40	673,60	43.129,43
2015	49.410,01	16.064,94	38.836,70	44.604,55	-4.902,91	17.199,51	107.577,47
2014	76.601,12	67.993,07	123.479,08	-8.619,64	-9.979,08	27.952,54	226.104,27
2013	68.399,06	72.134,48	1.280,58	-26.506,74	12.518,27	67.665,27	120.731,86
2012	23.520,98	47.497,49	-8.978,31	-12.758,29	-20.827,47	84.770,85	48.648,12
2011	-44.750,64	27.412,82	-16.624,77	81.435,81	-10.723,08	103.343,02	71.630,66
2010	-150.418,48	45.812,25	107.665,13	48.371,32	38.319,14	40.567,33	13.758,62

6. Anexo 1 – Certificação Legal das Contas





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
Joaquim OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHO
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTAVIO CARVALHO VEIÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTIAGO DO CACÉM (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 8.170.537 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.964.510 euros, incluindo um resultado líquido de 148.405 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTIAGO DO CACÉM em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Encontra-se por concluir o processo de inventariação dos imóveis pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, razão pela qual não nos podemos pronunciar sobre os valores destes refletidos nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 4

Inscrita na CRCOC 400 e n.º 23
Inscrita na CNR/IA Lda e n.º 20361301
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
NIB: 0030 0000 5344 0340 0005 1
IBAN: PT30 0010 0000 5344 0340 0005 1
SWIFT: BOPPTPL

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 73,
8.º andar, Funchal 8, 92
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 371 197 - R: +351 217 273 129
www.orvoc.pt - E-mail: geral@orvoc.pt

DELEGACÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Esplanada 3
2415-096 Loures, Portugal
T: +351 244 822 179 - R: +351 244 922 178

DELEGACÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitalis
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



ÊNFASE

Tal como se encontra divulgado na nota 17.3 do Anexo, foi reconhecido no exercício o montante de 181.406 euros relativo a uma imparidade, constituída com vista a acautelar a irrecuperabilidade de valores transferidos por um colaborador, de forma não autorizada e em proveito próprio. Saliente-se que a Mesa da Direção promoveu já diligências no sentido de promover um acordo para a recuperação do referido montante.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

2 de 4



RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

3 de 4



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

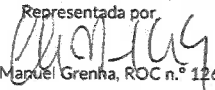
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2019

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

7. Anexo 2 - Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, no exercício das competências que são atribuídas pelas disposições legais e estatutárias, conforme o disposto nas alíneas a) e c) do número 1 do artigo 31º do Compromisso, vem pronunciar-se sobre a apreciação que efetuou ao Relatório de Atividades, Balanço e Contas referentes ao exercício de 2018.

Os esclarecimentos solicitados à Mesa Administrativa foram devidamente prestados, assim como foram postos à disposição todos os documentos para o trabalho de análise.

Foi possível verificar, através de reuniões com a Mesa Administrativa, a preocupação daquele Órgão numa gestão rigorosa, orientada por princípios de utilização racional e eficiente dos recursos disponíveis.

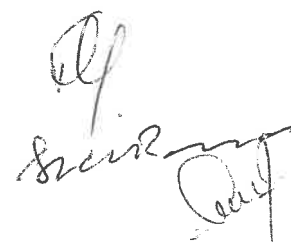
Os documentos ora apresentados, permitem proceder à avaliação das actividades desenvolvidas e verificar que os documentos contabilísticos estão correctamente elaborados e que refletem a situação real da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém.

O Conselho Fiscal teve acesso ao Relatório elaborado pelo ROC e viu com preocupação o seu conteúdo no que respeita a imparidades.

Lamenta o Conselho Fiscal que tais imparidades não tenham sido dadas a conhecer em reuniões que tiveram lugar com os Serviços na preparação das Assembleias Gerais dos anos transactos e, embora considere que apenas com o trabalho agora levado a cabo pelo ROC seria possível a sua evidência, penitencia-se pelo ocorrido e apoia a Mesa Administrativa nas medidas a tomar em defesa da Instituição.


Deste modo, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

Que se aprove o Relatório das atividades e as Contas de Gerência referentes ao exercício de 2018.



Santiago do Cacém, 27 de Março de 2019

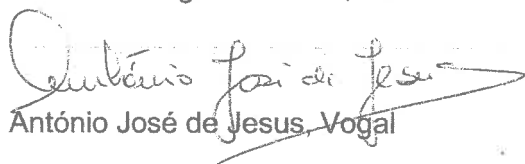
O Conselho Fiscal



Fernando José Brites Penedo Pinheiro, Presidente



Óscar Domingues Ramos, Secretário



António José de Jesus, Vogal